

Bode Expiatório

Passeatas de estudantes foram às ruas em protesto contra as mensalidades das escolas particulares. Um procurador da República insurgiu-se contra a “liberdade vigiada” em vigor nesse terreno e acionou a União para que restabelecesse o controle de preços. Um juiz federal concedeu liminar à ação do procurador, e com isto se volta ao *statu quo ante*: derruba-se a portaria do Ministério da Fazenda, que instituiu a “liberdade vigiada”, e futuros aumentos serão determinados pelos conselhos estaduais de educação.

A tranquilidade que assim se consegue é precária, e está montada numa falácia. O procurador, ao acionar a União, mostrou independência em relação ao seu patrão — o que é elogiável. Mas faria melhor se acionasse a União por não cumprir o preceito constitucional que estipula o ensino oficial gratuito.

Quanto à mobilização dos estudantes, traz à lembrança cacoetes políticos que ajudaram a desacreditar na democracia brasileira nos tempos das UNEs, UMEs e outras siglas. Se houvesse preocupação séria com a educação, esses movimentos, visivelmente coordenados, teriam uma proposta alternativa — e em vez de marcharem contra as mensalidades, levantariam a bandeira da salvação do ensino público.

Mas, aparentemente, não é isso o que se quer. Escolhe-se um bode expiatório; e os aumentos abusivos, que devem ser coibidos sempre que ocorrerem, transformam-se em pretexto para uma campanha orquestrada contra o ensino particular.

O diretor de uma das mais conhecidas escolas particulares do Rio de Janeiro, Edgar Flexa Ribeiro, acaba de lembrar o que antigamente se sabia: a escola particular sempre se destinou a atender a fragmentos da sociedade — e a sua natureza, por isso mesmo, é a diversificação. A classe média brasileira, entretanto (para não falar na classe pobre), vê-se de repente sem rede de sustentação em matéria de ensino, privada da garantia mínima representada pelo ensino público.

Enquanto houve ensino público digno desse nome, estudava nos colégios particulares quem queria ou quem podia. Já agora, todos — e até os

que vêm das classes mais pobres, o que é iníquo — são levados a procurar a rede particular, porque a rede pública entrou em agonia. Isto é, procuram a escola particular mesmo os que não teriam a menor vontade de fazê-lo — ou os que não podem arcar com esse ônus.

Há um outro tipo de classe média que até hoje não conseguiu pensar na educação em termos de investimento familiar. O mesmo preço que se paga por uma peça de roupa é considerado excessivo quando cobrado por um mês de estudo de um filho ou filha. Nos países adiantados, famílias de razoável nível social não se furtam a sacrifícios para manter o filho numa boa universidade. No país extraordinário que é o Brasil, os filhos de boas famílias estudam e comem de graça nas universidades públicas, enquanto os outros devem pagar o que não têm por faculdades muitas vezes indignas desse nome.

A crise da universidade, entretanto, se não é menos importante do que a do ensino básico, vem cronologicamente depois. Pois ninguém chega à universidade sem passar pelo ensino básico; e poucas coisas são tão antidemocráticas quanto a discriminação pedagógica exercida atualmente sobre os que não têm outra alternativa senão a escola pública.

O poder público vem-se mantendo, a esse respeito, comodamente na sombra. Não é a ele que se dirigem as cobranças; e assim inexiste motivação para mudanças em profundidade. O máximo que o ministério responsável conseguiu fazer foi acenar com um sistema diferente para tabelar mensalidades — o que é o mesmo que não sair do lugar, ou tentar tapar o sol com a peneira.

No âmbito do ensino particular, é perfeitamente possível que haja abusos — como os que ocorrem em qualquer outro setor. Pode-se vigiar e punir esses abusos, sempre que eles ocorrerem. Mas usar como política o tabelamento da escola particular é estabelecer uma camisa-de-força que impede as escolas de seguirem o seu próprio caminho — o da oferta diversificada —, condenando-as a vegetarem numa irremediável mediocridade.